

# Conflitos Socioambientais e o Plano Popular do Banhado como Instrumento de Resistência Técnica e Política

## Socioenvironmental Conflicts and the Banhado's Popular Plan as a Tool for Technical and Political Resistance

Ana Luísa Figueiredo, Augusto Oyama, Natalia Tamanaka, Renan Gomez, Jeferson Tavares & Marcel Fantin\*

### Resumo

Este trabalho busca analisar o papel do Plano Popular de Urbanização e Regularização Fundiária na luta pela permanência do assentamento precário Jardim Nova Esperança, conhecido como comunidade do Banhado, localizado no centro da cidade de São José dos Campos – SP com mais de 80 anos de história. O Plano constitui-se como instrumento de negociação política junto ao poder público, abordando questões de conflitos ambientais, de trabalho, da relação rural-urbano e conflitos fundiários, buscando problematizar a importância para a cidade da produção rural em área central e instaurar um olhar sobre a possibilidade de adequação da comunidade em relação à sensibilidade ambiental do território. No plano, a partir de fontes primárias e secundárias, avaliaram-se decisões controversas tomadas pelo poder público em relação a essa comunidade. Nesse processo foram utilizadas novas tecnologias de suporte à produção cartográfica e foi proposto um método projetual alternativo com participação dos moradores, condições que podem engendrar a emancipação de direitos sociais e reposicionar o contexto da luta pela moradia no centro de cidades.

**Palavras-chave:** planejamento urbano ambiental; regularização fundiária; geotecnologias; Banhado.

### Abstract

This paper reports the role of the Popular Plan of Urbanization and Land Regularization in the struggle for the settlement Jardim Nova Esperança (a community known as Banhado) permanence in the city center of São José dos Campos - SP after its more than 80 years of history. The Plan is an instrument of political negotiation with the government, involving issues of environmental conflicts, labor, rural-urban relations and land conflicts, and it mostly seeks to problematize the importance of rural production in a central area and to analyze the possibility of the community adequacy to the environmental sensitivity of the territory. From primary and secondary sources, this paper evaluated controversial decisions made by the government in relation to this community. In order to do so, new technologies were used to support cartographic production and an alternative project methodology with the resident participation was proposed, conditions that can engender the emancipation of social rights and reposition the context of the struggle for housing in the city center. The Plan was coordinated by the PExURB group, with public funds from the Learning in the Community Program (USP) and the ATHIS Public Notice (CAU / SP).

**Keywords:** Environmental urban planning, landholding regularization, geotechnologies, Banhado.



## Introdução

Este artigo se debruça sobre a situação do Jardim Nova Esperança, comunidade residente no Banhado, localizado na região central do município de São José dos Campos – SP, e a organização do Plano Popular que se deu de forma conjunta entre técnicos e moradores visando a constituição de uma ferramenta tecnopolítica para sua permanência no local. O Plano Popular do Banhado, como ficou conhecido, foi elaborado conjuntamente por: Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP), Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP-USP), Curso de Engenharia Ambiental (EESC-USP), Curso de Engenharia Civil (EESC-USP), Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), Grupo Pitá, Veracidade, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Associação Comunitária do Banhado e comunidade Jardim Nova Esperança. O projeto foi financiado pelo Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU-SP), através do Termo de Fomento – Processo Administrativo n. 012/2018 de 26/12/2018 (referente ao Edital de Chamamento Público 004/2018, Proposta n. 01, Lote 5, Mogi das Cruzes-São José dos Campos) e da Universidade de São Paulo (USP): Pró-Reitoria de Graduação através do Programa USP Aprendendo na Comunidade. Contou ainda com recursos do PUB-USP – Programa Unificado de Bolsas da USP. O produto final tornou-se, de fato, instrumento de luta a favor da manutenção dos moradores na constante negociação com o poder público municipal.

O trabalho foi realizado no período de seis meses, compreendidos entre dezembro de 2018 e maio de 2019, por meio de interação entre diversos atores, visitas a campo, vivência na comunidade, além de realização de oficinas e seminários. Para se atingir os objetivos centrais de construir um instrumento político de negociação e garantir a permanência segura e de qualidade da população na sua área de origem, utilizou-se uma metodologia que buscou manter o aprendizado constante a partir da participação social em diálogo com os agentes envolvidos: academia; moradores e lideranças da comunidade; gestores públicos e defensoria pública.

Para a construção do Plano, foram utilizadas técnicas alternativas de produção cartográfica a partir de aerolevantamentos realizados por Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA), que, combinadas com o uso de geotecnologias, possibilitaram a consolidação de uma base física detalhada do território.

## Contextualização: o banhado existe

Para entender a importância da constituição do Plano Popular é necessário contextualizar a região do Banhado, justificando sua relevância e as bases do conjunto de conflitos criados ali pelas diferentes agentes sociais presentes na região, bem como os interesses antagônicos que envolvem seu futuro.

O território físico é uma região de encosta em formato de concha – uma escarpa semicircular com alta inclinação a noroeste e abaixo da região central da cidade de São José dos Campos, conformando uma grande região de várzea plana na direção do Rio Paraíba do Sul, a noroeste, até encontrá-lo.

Um grande campo plano e de características geológicas singulares se apresenta nesse intervalo entre o rio e o grande aclave, conformando uma área de difícil acesso e que, historicamente, recebia as cheias periódicas do rio, razão pela qual a área é conhecida por *Banhado*. Sinteticamente, esse território envolve três elementos naturais básicos: o rio, a várzea e a encosta semicircular. As inundações cíclicas constituíram uma camada de sedimentos variados, incluindo terrenos com turfa, areia e argila, apresentando espaços férteis para o desenvolvimento da agricultura, situação que, incrementada à construção do ramal da estrada de ferro na sua borda, no início do século XX, proporcionou atrativos para sua ocupação pela população pobre oriunda das zonas rurais.

Nas beiras do ramal ferroviário da Central do Brasil, foi-se constituindo, gradual e espontaneamente, uma comunidade, em parte relacionada ao próprio funcionamento da ferrovia e à mão de obra utilizada na construção de sua infraestrutura física. O início do processo de favelização de São José dos Campos ocorreu na década de 1930 e estava relacionado à desestruturação da economia agrária e ao início das atividades industriais da cidade, sendo a ocupação do Banhado considerada a primeira favela da história do município.

Seu crescimento esteve ligado ao aumento da atividade industrial local, que atraía migrantes do Sul de Minas e do Vale do Paraíba à procura de emprego e melhores condições de vida (ROSA FILHO, 2002). Outra parte se deu ligada à instauração de pequenas propriedades familiares de produção rural, que se desenvolveu através da linha férrea até depois da sua desativação e desmonte. Ali, adotou-se o nome “Bairro Jardim Nova Esperança”. Ao longo dos seus mais de 80 anos de existência, a ocupação se expandiu, muito pelo aumento do

tamanho das próprias famílias já residentes, necessitando da criação de novas habitações ou realizando a expansão das existentes.

Atualmente a comunidade pode ser dividida em duas formas de ocupação: um núcleo mais adensado (que categorizamos como Núcleo I), composto por trabalhadores rurais atraídos pelas indústrias entre 1950 a 1980, e uma área caracterizada pela ocupação espraiada em formato de chácaras (categorizada como Núcleo II), ocupada desde a década de 1930 por pequenos agricultores familiares.

Ao se fixar nesse território, a população passou a usufruir das vantagens que a localidade oferece, tais como infraestrutura e serviços urbanos, possibilidade de emprego formal e compradores para os gêneros alimentícios cultivados no Banhado. Além disso, a ausência de políticas públicas inclusivas em outras localidades que permitissem vantagens semelhantes àquelas oferecidas no Banhado foi outro elemento histórico importante para a fixação dessa comunidade.

Atualmente, ao longo dos remanescentes da via férrea, a comunidade do Jardim Nova Esperança ocupa uma área de aproximadamente 420.000 m<sup>2</sup> e seu contingente populacional é formado por cerca de 460 famílias, totalizando aproximadamente 2000 pessoas. Por isso lideranças da comunidade têm uma relação forte de pertencimento com o local, o que se evidencia nas suas relações produtivas e na imagem estabelecida, tanto interna quanto externamente, de comunidade em simbiose com seu próprio meio físico.

A esse cenário somam-se as construções do período ferroviário da cidade encontradas dentro da comunidade e que estão em processo de tombamento, de acordo com Almeida (2015). Nesse sentido, a área também se configura como de interesse histórico-cultural e patrimonial.

Hoje, o Banhado é considerado local estratégico para abertura de uma nova via – já com estudos preliminares apresentados como Via Banhado. Em 2011 a Prefeitura Municipal de São José dos Campos firmou contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar obras do Programa de Estruturação Urbana (PEU), que tinha três objetivos centrais, sendo eles a “ampliação da macroestrutura viária e criação da Via Banhado, último trecho do Anel Viário; a regularização fundiária do município, incluindo o reassentamento das famílias do Banhado e a criação de parques lineares”. Presentemente,

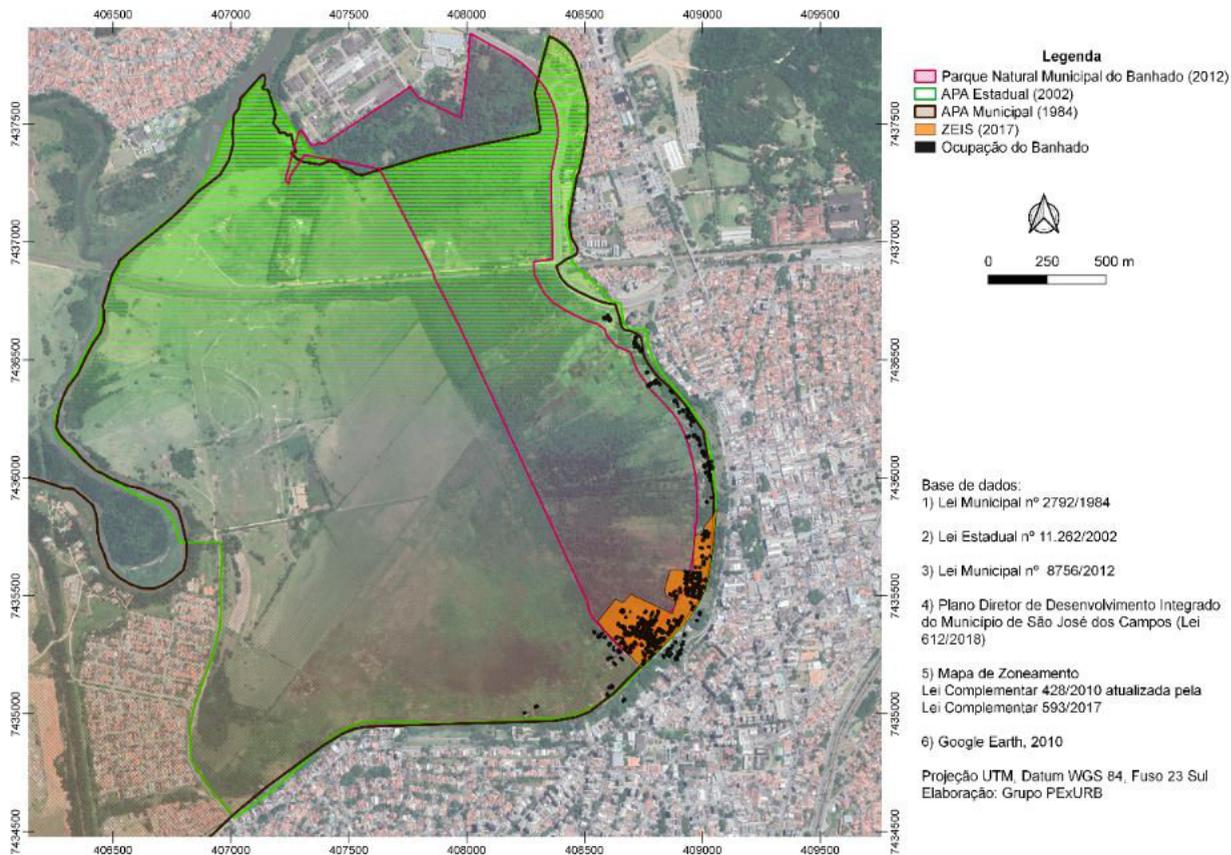
esse projeto encontra-se paralisado em função de uma denúncia encaminhada pelos moradores do Jd. Nova Esperança ao Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (MICI), cuja função é fiscalizar os descumprimentos das políticas operacionais do Banco (BID, 2011 *apud* SILVA, 2017).

Cumprir mencionar que São José dos Campos possui um longo histórico de parcerias com o BID. Desde o final da década de 1990, essa instituição financeira tem auxiliado a gestão municipal com empréstimos que foram responsáveis por investimentos em infraestrutura urbana e remoções. A virada dos anos 1990 para 2000 inaugurou um novo modelo de gestão municipal empreendedora, marcada pelo papel ativo desse município na construção de um ambiente favorável à atração de investimentos imobiliários a partir da flexibilização das leis de zoneamento, da remoção de favelas (programa de desfavelização) e do investimento massivo em corredores viários associados principalmente à expansão de condomínios horizontais fechados e verticalização em setores específicos. Essa política levou à remoção de cerca de 10.000 pessoas, sendo o caso da desocupação do Pinheirinho o mais conhecido em virtude da violência empreendida e do enorme contingente policial mobilizado.

Nesse cenário o Banhado acumula pressões sob a perspectiva das questões ambientais locais. O território tornou-se APA do município na década de 1980, por meio da Lei Municipal N° 2792/84 de 10 de janeiro de 1984, complementada com a Lei Estadual N° 11.262 de 8 de novembro de 2002, sancionada pelo governador Geraldo Alckmin, instituindo o Banhado como APA estadual. De forma controversa, sem apresentar estudos e objetivos claros de quais atributos e condições ambientais são considerados essenciais para preservação e que justifiquem o traçado passando pela comunidade, o Parque Natural Municipal do Banhado (PNMB), classificado como de Proteção Integral, foi criado com a Lei Municipal n° 8.756 de 2012, viabilizado com recursos de uma verba de compensação ambiental paga pela Petrobrás pela ampliação da Refinaria Henrique Lage, situada na zona leste do município (BID, 2011 *apud* SILVA, 2017).

Cabe ressaltar que a Lei Federal N° 9.985/2000 distingue duas categorias quanto à possibilidade de uso, sendo que a APA, enquanto categoria de Uso Sustentável, permite a presença humana, ao passo que o Parque Natural, por ser classificado como de Proteção de Integral, permite apenas o uso indireto, não admitindo ocupação, constituindo mais um elemento de disputa

em relação à remoção das famílias.



Além disso, ao longo dos anos, a PMSJC tem utilizado práticas de intimidação, ameaças e ataques diretos, estratégias que são aplicadas constantemente para incentivar a deserção do local, como exemplo o ocorrido em 11 de julho de 2011, quando a prefeitura autorizou a demolição da unidade educacional que funcionava no Banhado para desenvolver atividades socioeducativas com crianças e adolescentes da área, causando revolta nos moradores (SILVA, 2017, p. 9). Essa unidade educacional era da Fundação Hélio Augusto de Souza (FUNDHAS), que se mantém em outras localidades da cidade.

Outro exemplo de aplicação desse tipo de estratégia foi o bloqueio com manilhas de um dos acessos ao bairro (O VALE, 2018a; SPRIOMAS, 2018). Os moradores protestaram e fecharam a Av. Madre Tereza, via importante de circulação na região central da cidade. Após decisão judicial a PMSJC foi

**Figura 1:** Cartografia apresentando as Unidades de Conservação e a ocupação do Banhado inscrita como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Fonte: autoria própria.

**Figura 2:** Entulho de demolição abandonados pela PMSJC no Jardim Nova Esperança. Foto: Augusto Oyama, 2018.

**Figura 3:** Vial insalubre em região de solo saturado, no Jardim Nova Esperança. Foto: Renan Gomez, 2019.

obrigada a remover as manilhas, reabrindo o acesso.

Mais uma atitude violenta por parte da PMSJC é sua estratégia de contribuição para a insalubridade do Jardim Nova Esperança. Exemplo disso é o despejo e espalhamento de entulho nas ruas e o abandono dos remanescentes de demolição das casas de moradores que aceitaram as propostas de mudança para fora do Banhado, contribuindo para que a condição já naturalmente



saturada do solo se agrave. Além disso, a coleta e destinação adequada de resíduos sólidos produzidos pela comunidade é precária, dada a dificuldade de acesso ao local; o impedimento, por parte da guarda civil, informação trazida por diversos membros da comunidade, de carregamento de novos materiais construtivos para dentro do bairro e impedindo, com isso, reformas e consertos das moradias.

O discurso difundido, no entanto, condena a comunidade como causadora do cenário ambiental degradado. Via de regra, tal discurso é acompanhado por jogos de desinformação que visam colocar a opinião pública contra a permanência dos moradores do Banhado, bem como a propaganda de melhoria na qualidade de vida para aqueles que saírem da área.

Exemplo dessa estratégia de desinformação é a notícia veiculada, por parte da prefeitura, intitulada “Mais de 20 famílias se mudam do Banhado e melhoram de vida” (2019), no qual moradores receberam R\$5.000,00 mais um auxílio moradia de R\$700,00 mensais por 3 anos – que foi morar de forma regularizada na periferia da cidade (RIBEIRO, 2019). As condições de aluguel em São José dos Campos, no entanto, não são favoráveis à permanência da população de baixa renda. Passados os 3 anos, não há garantia de sua renovação, podendo deixar famílias, em pouco tempo, sem opções de moradia novamente.

Outra opção é a remoção para os conjuntos habitacionais demasiadamente afastados das dinâmicas da área central da cidade e de seu dia-a-dia já estabelecido, como ocorreu em 2015, quando a PMSJC ofereceu aos moradores unidades habitacionais no Residencial Jaguary, cerca de 15 km do Banhado, no cinturão periférico da cidade, em uma área formada por diversos conjuntos habitacionais desde os construídos pela CDHU até os mais recentes do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Além disso, realocar a população em outra área é ignorar o vínculo entre terra e trabalho para os moradores do Jd. Nova Esperança, uma vez que morar no Banhado representa segurança alimentar e acesso facilitado ao mercado de trabalho da região central. De modo quantitativo, “a pesquisa censitária comprovou que 38% dos moradores trabalham na própria comunidade e 56% trabalham num raio de até 1km”, sendo que 50% de seus moradores utilizam alimentos produzidos e coletados no Banhado para as refeições diárias (TAVARES;

FANTIN, 2019, p. 4).

Mesmo quando busca construir uma imagem e um discurso de participação social e democrática para viabilizar a remoção da comunidade do Jd. Nova Esperança, a PMSJC trabalha de forma a desconsiderar os pleitos e as demandas da comunidade por permanência e regularização fundiária nas propostas de reformulação da área central.

O Plano Centro Vivo, lançado em 12 de agosto de 2011 (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2011), buscou requalificar a região do centro da cidade de São José dos Campos por meio de iniciativas públicas e privadas e é um exemplo do exposto acima.

Dentro do desenvolvimento do Plano Centro Vivo, foi alardeado o processo participativo que seria responsável por promover a validação política de sua existência. Sua aplicação, porém, indica uma participação muito mais consultiva e que não transfere poder real à população usuária ou moradora da região do centro. Há desconfiança dos cidadãos com relação a interação com o poder público, pois alguns sentem-se insatisfeitos de não terem suas contribuições atendidas. Em outras vezes, as sugestões populares já eram feitas tardiamente. (PUGLIESE *et al.*, 2013, p. 6)

Tais afirmações inserem o processo participativo do Plano Centro Vivo como um instrumento de *concessão mínima de poder*, dentro da escala da participação-cidadã de Arnstey (2002), enquadrando-se mais como estratégia *consultiva* ou até *informativa* do que de fato uma transferência de poder de decisão. O poder público, dessa forma, ainda possui grande grau de liberdade para tomar partidos que não necessariamente vão de encontro, de fato, ou nem ao menos levem em conta, aqueles dos moradores.

O fator de relevância parece ser o de cumprir com a normativa estabelecida de que os cidadãos, de alguma forma, tiveram envolvimento no processo, e demonstrar o envolvimento em si, limitando-se, no caso, a produzir diagnósticos, ainda “como parte de um diagnóstico colaborativo do Centro, acontecendo em paralelo às outras etapas do diagnóstico técnico” (PUGLIESE *et. al.*, 2013, p. 5), ou seja, sem vínculos diretos e com uma construção fragmentada de ideias. “O que os cidadãos conseguem em todas essas atividades é “participarem da participação”. E o que os tomadores de decisão conseguem é a evidência de que eles cumpriram as normas de envolver “aquelas pessoas” (ARNSTEY, 2002, p. 6-7).

Dadas as condições da participação de construção desse diagnóstico e sem um desenho institucional claro para as próximas etapas, há garantia de força e organização da sociedade civil, bem como de vontade política por parte da PMSJC de implementar os conceitos gerados por essa fase de diagnóstico, sem garantias de partilha de poder por parte da gestão do Plano em sua materialização (AVRITZER, 2008).

Especificamente para o caso dos moradores do Banhado, porém, o Plano Estratégico Centro Vivo não reconhece, em sua cartografia, o Jardim Nova Esperança, apesar de elencar o Banhado como elemento de destaque. A renovação, como regra, é planejada levando-se em conta apenas os aspectos de preservação ambiental e viés de contemplação do Banhado como parque, sem sequer fazer menção à existência do núcleo de habitações presentes no Banhado, concomitantemente à posição geral da prefeitura:

Devido a toda essa conjuntura, os moradores do Banhado organizaram-se e constituíram uma comissão no intuito de propor alternativas e, principalmente, resistir contra um modelo de urbanização espreado, caro ao poder público e contrário às



Figura 4: Mapa do Perímetro do Centro Vivo. Fonte: Pugliese et al, 2013.

necessidades dos moradores. Afinal, sem amparo ou reconhecimento externo, criar uma ferramenta efetiva que firmasse a existência e permanência da comunidade perante a gestão pública e o restante da população joseense se fez urgente. Nessa luta, os moradores e líderes comunitários empenharam-se no processo de participação do Plano Popular, utilizando-se do corpo técnico à sua disposição para construir, de forma conjunta, um plano capaz de fazer frente às pressões municipais de dissolução da ocupação.

### O banhado *resiste*: o plano e a sua convergência com o sistema banhado

Após anos resistindo aos diversos projetos urbanísticos com objetivo de executar o parque e a Via Banhado, causando, conseqüentemente, a expulsão dos moradores da área que é de grande interesse do capital, a comunidade buscou a parceria da universidade para resistir, reagir e propor. A partir da união dos saberes popular e técnico, apresentaram uma possibilidade de urbanização que permite a permanência daqueles que há tanto se encontram ali e que hoje são acusados de algo diametralmente oposto à postura que tem: prejudicarem a área de proteção ambiental do Banhado.

O Plano Popular de Regularização Fundiária e Urbanização do Jardim Nova Esperança foi produzido com recursos do Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU-SP) através dos editais de apoio às práticas e iniciativas de assessoria técnica em todo o estado, e da Universidade de São Paulo (USP) através do Programa USP Aprendendo na Comunidade da Pró-Reitoria de Graduação, liderado pelo Grupo Práticas de Pesquisa, Ensino e Extensão em Urbanismo (PEXURB) do Instituto de Arquitetura e Urbanismo-USP

Elencados os problemas, o objetivo do grupo que se formou na USP era de, ao mesmo tempo, criar um plano técnico que respondesse às necessidades dos moradores e testar métodos inovadores de trabalho. Assim, “o Plano de Urbanização e Regularização Fundiária do Banhado é uma experiência urbanística consolidada como instrumento técnico-político para a permanência segura e com qualidade de 460 famílias que residem no Jardim Nova Esperança.” (TAVARES, FANTIN, 2019, p.1)



foram essenciais nas decisões e elaboração de diretrizes.

Apropriar-se dos instrumentos e tecnologias até então de uso do Estado foi fundamental na construção de uma outra narrativa que reforça a legitimidade da comunidade e contribui na sua luta diária de resistência contra as ações daqueles que tomam as decisões que afetam sua vida. Apesar dos custos desses equipamentos, as parcerias estabelecidas demonstraram que é possível associar tecnologia a projetos de caráter popular via assessoramentos.

Como escreve Crampton (2010, p. 41):

[...] mapear é em si mesmo um processo político. E é um processo político no qual um número crescente de pessoas está participando. Se o mapa é um conjunto específico de reivindicações de poder/conhecimento, então não somente o Estado e as elites, mas o resto de nós pode igualmente fazer reivindicações igualmente poderosas e em disputa.

As favelas, em geral, não estão presentes nos mapas oficiais e a falta de informação necessárias para a efetivação de direitos dessa parcela da população, reflete-se em um posicionamento e uma escolha política e ideológica. E, como registram Oyama *et al.* (2019), quando são incluídas nas cartografias ditas oficiais, essas cumprem uma função muitas vezes específica: materializar espacialmente o discurso técnico que justifica a remoção, frequentemente violenta, dessas comunidades pelo Estado; um discurso que encontra ressonância num momento em que as intervenções urbanas estão cada vez mais norteadas pelo empresariamento urbano.

Cartografando ausências e demandas (como acesso a serviços vitais de saneamento básico) da comunidade do Banhado, o Plano constituiu uma forma alternativa de *denunciar* um contexto particularmente opressor, exigindo e articulando soluções de curto a longo prazos, ao mesmo tempo em que forneceu elementos técnicos importantes e possibilitou avanços, com o suporte de oficinas participativas, no planejamento urbano e ambiental, sobretudo ao ampliar o entendimento do território. Como documentaram Moore e Garzón (2010), em anos recentes, cartografias participativas ou sociais, como as produzidas para o Plano, têm se tornado cada vez mais uma estratégia-chave para avaliar e comunicar

questões relativas à justiça ambiental, planejamento urbano e direitos humanos.

O Plano Popular foi elaborado por meio de plano de ações, cujos aspectos de permanência segura e com qualidade, estudo de um zoneamento ambiental preliminar foram orientadores. Outro ponto fundante foi o entendimento do Banhado como patrimônio histórico-cultural e, fundamentalmente, enquanto território e sistema ambiental. Ali se verificam dois conjuntos interligados que necessitam ser objeto de requalificação: a área atualmente ocupada pela comunidade, e o restante do espaço conectado à APA do Banhado, importantes para a regularização fundiária.

A construção desses diferentes olhares foi fundamental para a afirmação de uma alternativa ao projeto da PMSJC, que assumiu a remoção como fato consumado. O Plano, além de apresentar diretrizes de urbanização, cria uma nova narrativa sobre a população do Banhado, demonstrando sua importância para a cidade e, em particular, como potencial indutor para a recuperação ambiental do território, constitui-se em um instrumento estratégico de luta pela regularização fundiária e permanência.

Para atingir o objetivo-fim descrito acima, o Plano contemplou aspectos urbanísticos, ambientais e jurídicos, o que foi possível com a conformação da equipe multidisciplinar que o desenvolveu. Buscou-se um projeto de urbanismo de impacto reduzido, reconhecendo a comunidade como parte legítima da cidade e integrando-a efetivamente ao centro da cidade, fazendo da permanência uma estratégia de proteção ambiental da APA.

Uma das estratégias que fornece informações ao Plano foi de um zoneamento ambiental orientador. Trata-se de um instrumento de política ambiental que, além de possibilitar a identificação de vocações e aptidões ambientais para o desenvolvimento de atividades, apresenta potencial para promover a articulação com o projeto de requalificação urbana, uma vez que comunica aos planejadores o conhecimento global da área de estudo. Os elementos e critérios de entrada para o zoneamento foram *uso e ocupação correntes* (áreas agropastoris, vegetação arbórea densa ou arbustiva em recuperação, o núcleo adensado, entre outros) e *áreas de fragilidade ambiental* (áreas de proteção ao redor dos canais de drenagem existentes e afloramentos avistados *in loco*). A sobreposição das cartografias, com critérios de ponderação qualitativos, foi elaborada a partir do software

QGIS.



**Figura 7:** Proposta de zoneamento ambiental preliminar para o território do Banhado. Fonte: autoria própria.

Observa-se pela Figura 6 que a escala da ocupação é relativamente pequena, sobretudo quando comparada com outras fontes de pressão no território, como as grandes áreas agropastoris e a própria cidade, enquanto vetor de poluição difusa, efluentes, entre outros, que não foram considerados nessa proposta inicial. Diante desse recorte, em que se verifica a necessidade de induzir a recuperação ambiental do Banhado, reforçam-se, enquanto elementos possíveis de melhoria da qualidade ambiental da área, a importância do projeto de requalificação urbana de impacto mínimo e a possibilidade de

adequação da comunidade em relação à sensibilidade ambiental do território.

Apesar de ainda preliminar, o estudo do zoneamento ambiental constitui suporte ao debate existente, configurando-se como potencial base de contestação para uma opção alternativa de traçado ao Parque Municipal do Banhado, com a possibilidade, inclusive, de orientar a elaboração de seu Plano de Manejo, tendo em vista usos admissíveis em função de seus objetivos de proteção ambiental.

De fato, como registrado no Plano:

Não há incompatibilidade entre a existência de um assentamento humano consolidado no local e a conservação da diversidade biológica, há, sim, uma incongruência na avaliação que exclui este fator social na identificação estratégica da proteção ambiental, em prejuízo de um desenvolvimento sustentável. Portanto, a validade das leis de unidades de conservação que incidem sobre o Banhado depende da avaliação e transparência dos estudos técnicos, das chamadas públicas e outros mecanismos de fornecimento de informações à população que as subsidiaram. (TAVARES; FANTIN, 2019, p. 41-42)

A sobreposição de APAs e as intenções projetuais somam-se à questão da ocupação já existente, uma vez que a esta se deu em diferentes momentos e por distintas razões. Por isso, “para o conjunto antropizado, são necessários estudos sobre o patrimônio ambiental e também histórico-cultural, devido à beleza paisagística da concha da várzea [e] das potencialidades e qualidades hídricas; das relações humanas estabelecidas (...) e suas manifestações culturais materiais e simbólicas com o território que ocupam. (TAVARES, FANTIN, 2019, p.41) Dessa forma “os tipos de residência, as técnicas de agricultura e outros saberes poderão ser assim reconhecidos” (TAVARES, FANTIN, 2019, p. 41-42)

Por fim, para evitar que as ações de violência psicológica e desrespeito à história da comunidade sejam esquecidas, o Plano deixa como diretriz que o lote e fundações das demolições sejam mantidos. Os remanescentes, portanto, das lajes, alicerces e

paredes dessas edificações demolidas, com tratamento adequado, servirão como marco da resistência e pertencentes à memória da comunidade, referências físicas de sua luta, da violência sofrida, mas também de sua força.

### Considerações finais

O Banhado, enquanto uma área de escala regional, apresenta particularidades que, descritas ao longo do texto, justificam sua preservação atrelada à permanência da comunidade Jardim Nova Esperança, tendo em vista o entendimento de que a comunidade tem colaborado com sua existência ao longo de todos esses anos.

Entender as relações intrínsecas do Banhado ser ao mesmo tempo comunidade tradicional e patrimônio histórico-cultural da cidade e da região foram fundamentais para a elaboração do Plano Popular. Ao mesmo tempo coloca-se a necessidade de aprofundar os estudos, mesmo com perdas significativas como a demolição da última casa de pau a pique, clara tentativa de indução violenta à desocupação da área por parte da população. Para além desses fatores, a permanência dessa comunidade significa manter as atividades produtivas rurais que garantem a segurança alimentar do entorno próximo, devido à produção agrícola familiar que os moradores desenvolvem e comercializam pelas ruas do centro.

Cabe destacar que a metodologia desenvolvida por meio de plano de ações solidificou um desejo de realizar uma alternativa ao planejamento compreensivo, promovendo uma experiência dialógica entre saberes popular e técnico, contando também com novas tecnologias no levantamento de dados imprescindíveis para todo o processo. Outro aspecto positivo no uso dessa metodologia foi o fortalecimento da relação universidade-cidade colocando ensino, pesquisa e extensão como instrumentos metodológicos para elaboração de projetos complexos.

Uma vez finalizado o Plano, os moradores se apropriaram do documento e já o utilizam como ferramenta de negociação e reivindicação em audiências e reuniões promovidas pelo poder público municipal e demais atores com poder de veto, buscando participar das decisões referentes às remodelações físicas e sociais em disputa dentro de seu território de moradia e trabalho, para mais do que resistir, propor soluções.

A primeira providência foi juntar o Plano Popular aos autos dos processos judiciais conexos de Remoção e Regularização Fundiária, o que desencadeou uma solicitação de audiência de conciliação por parte da Prefeitura, que não se materializou em acordo. Além disso, a Promotoria Estadual do Meio Ambiente solicitou uma reunião com os moradores e a Defensoria Pública objetivando maiores esclarecimentos sobre as estratégias e intervenção delimitadas no Plano Popular.

Como ferramenta de divulgação e afirmação de suas propostas, a comunidade do Banhado também promoveu o seminário “Diálogos Sobre o Banhado”. Convidada, a administração municipal não enviou representantes ao evento. Na sequência, a prefeitura realizou o evento “Olho no olho com Felício Ramuth”. Em resposta à ausência da prefeitura no seminário anteriormente descrito, os moradores do Banhado, com o Plano Popular em mãos e com o lema “se a cidade não vem até a roça, a roça vem até a cidade”, participaram de forma bastante ativa desse evento com falas, manifestações e cartazes que reivindicavam uma resposta relacionada aos anseios de permanência e regularização fundiária.

As audiências públicas sobre a revisão da Lei de Zoneamento de São José dos Campos também estão sendo ocupadas pelas reivindicações dos moradores que entoam a frase “Regularização é um direito dos moradores do Banhado e defender o meu direito é meu dever”. Nessas audiências, eles têm procurado pautar a Regularização Fundiária por meio do Plano Popular, assim como reivindicam a reclassificação de suas moradias para ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), direito conquistado em 1997 e retirado na projeto de revisão da lei de zoneamento.

# Regularização é um direito dos moradores do Banhado e defender meu direito é meu dever

📍 CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO...



Figura 8: Fala dos moradores do Banhado na audiência pública de revisão da Lei de Zoneamento, 2019. Fonte: Banhado Resiste.

## Referências

ARNSTEY, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. *Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE*, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. In: *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, p. 43-64, 2008.

CRAMPTON, J. W. *Mapping: a critical introduction to cartography and GIS*. West Sussex: Wiley-Blackwell Publication, 2010.

G1 Vale Paraíba e Região. *Prefeitura de São José aciona Justiça para retirar moradores do Banhado*. 12/12/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2018/12/12/prefeitura-de-sao-jose-aciona-justica-para-retirar-moradores-do-banhado.ghtml> acessado em 09/08/2019.

JARAMILLO G. Samuel. Reflexiones sobre la "informalidad" fundiaria como peculiaridad de los mercados del suelo en las ciudades de América Latina. *Territorios*, Bogotá, Colombia núm. 18-19, enero-diciembre, 2008, pp. 11-53.

MOORE, E.; GARZÓN, C. **Social Cartography: The Art of Using Maps to Build Community Power.** *Race, Poverty & the Environment*, 2010, 17(2), p.66-67.

O Vale. *Justiça determina que prefeitura de São José retire bloqueio no Banhado*. 25/10/2018. 2018b Disponível em: [https://www.ovale.com.br/\\_conteudo/2018/10/nossa\\_regiao/58058-justica-determina-que-prefeitura-de-sao-jose- retire-bloqueio-no-banhado.html](https://www.ovale.com.br/_conteudo/2018/10/nossa_regiao/58058-justica-determina-que-prefeitura-de-sao-jose- retire-bloqueio-no-banhado.html) acessado em 09/08/2019.

O Vale. *Prefeitura de São José interdita acesso do Banhado e moradores protestam*. 24/10/2018. 2018a. Disponível em: [https://www.ovale.com.br/\\_conteudo/2018/10/nossa\\_regiao/57877-prefeitura-de-sao-jose-interdita-acesso-do-banhado-moradores-protestam.html](https://www.ovale.com.br/_conteudo/2018/10/nossa_regiao/57877-prefeitura-de-sao-jose-interdita-acesso-do-banhado-moradores-protestam.html) acessado em 09/08/2019.

OYAMA, A. C.; MELO, B. M.; COELHO, I. L. F.; TAVARES, J. C.;

PEDRASSOLI, J. C.; FANTIN, M. *Cartografias contra-hegemônicas como ferramentas de efetivação de direitos: o caso da comunidade do Banhado*. XVIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada (SBFGA): Geografia Física e as Mudanças Globais, 2019, Fortaleza - CE.

PUGLIESE, L. L. T.; MARTINS, B. A.; ROSA, G. A. E. E. *Plano Estratégico Centro Vivo, requalificando o Centro de São José dos Campos*. 19º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito, 2013. Disponível em: [http://files-server.antp.org.br/\\_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/10/07/ED08ED89-E5F9-4548-AEAC-586E41567C63.pdf](http://files-server.antp.org.br/_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/10/07/ED08ED89-E5F9-4548-AEAC-586E41567C63.pdf) acessado em 08/08/2019.

PRADILLA, E. La ciudad capitalista en el patrón neoliberal de acumulación en América Latina. In: *Anais do Seminário Cidade Neoliberal na América Latina: desafios teóricos e políticos*. A la memoria de Emilio Duhau López. 2013.

ROSA, F. A. *As políticas públicas do poder executivo municipal na remoção e/ou reurbanização das favelas do município de São José dos Campos*. 2002. Dissertação. Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2002.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. *São José em dados*, 2012. Disponível em: [https://servicos2.sjc.sp.gov.br/media/293116/saojoseemdados4\\_fev.pdf](https://servicos2.sjc.sp.gov.br/media/293116/saojoseemdados4_fev.pdf) acessado em 08/08/2019

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. *Mais de 20 famílias se mudam do Banhado e melhoram de vida*. Cláudio Ribeiro, 15/03/2019. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2019/fevereiro/06/mais-de-20-familias-se-mudam-do-banhado-e-melhoram-de-vida/> acessado em 09/08/2019

SILVA, D. V. *Banhado Resiste: estratégias discursivas de uma comunidade protegida*. São Paulo: ENANPUR, 2017

SILVA, D. V.; VIANNA, P. V. C.; ZANETTI, V. R. Planejamento urbano, agentes e representações: criação do Banhado, cartão postal de São José dos Campos. *Ambiente & Sociedade*, v. 20, n.02, p. 163-184, jun. 2017.

SPRIOMAIS. *Moradores do Banhado protestam contra o fechamento de acesso*, 24/10/2018. Disponível em: <<https://www.spriomais.com.br/2018/10/24/moradores-do-banhado-protestam-contr-fechamento-de-acesso/>> acessado em 09/08/2019.

TAVARES, J. C.; FANTIM, M. (coordenação e organização). *Plano de Urbanização e Regularização Fundiária do Banhado*. Relatório Final. São Carlos-SP: IAU-USP; Grupo PExURB. 2019.

**\*Ana Luísa Figueiredo** é arquiteta e urbanista (DAU/UFV, 2015), mestra em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo no Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU/USP). E-mail: [figueiredo.aluisa@gmail.com](mailto:figueiredo.aluisa@gmail.com)

**Augusto Oyama** é engenheiro ambiental pela Escola de Engenharia de São Carlos (EESC/USP, 2019). E-mail: [augusto.oyama@gmail.com](mailto:augusto.oyama@gmail.com)

**Natalia Tamanaka** é arquiteta e urbanista (CTU/UEL, 2018), mestranda em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo no Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU/USP). E-mail: [natalia.tamanaka@usp.br](mailto:natalia.tamanaka@usp.br)

**Renan Gomez** é arquiteto e urbanista (IAU/USP, 2018), mestranda em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo no Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU/USP). E-mail: [renan.s.gomez@gmail.com](mailto:renan.s.gomez@gmail.com)

**Jeferson Tavares** é doutor em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo (IAU/USP), professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP). E-mail: [jctavares@usp.br](mailto:jctavares@usp.br)

**Marcel Fantin** é doutor em geociências (UNICAMP), professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP). E-mail: [mfantin@sc.usp.br](mailto:mfantin@sc.usp.br)